

O RACISMO DE ESTADO EM MICHEL FOUCAULT

João Roberto Barros II¹

Resumo:

O objetivo neste texto é discorrer sobre o racismo de Estado na obra de Michel Foucault. Considerando o marco da biopolítica, veremos como o racismo de Estado pode ser considerado uma estratégia de exercício do poder sobre o corpo social. Fragmentando o corpo social e estabelecendo uma oposição binária entre as raças, o exercício do poder operará sobre a vida biológica. Será abordado também o modo como o discurso científico foi desenvolvido em alguns casos para colaborar nessa estratégia. Veremos como isso se dá em países em desenvolvimento, nos quais há segmentos da população que incrementam as taxas de mortalidade seguindo o planejado pelo Estado. Neles os desvalorizados e marginalizados, os perigosos do corpo social, podem ser plausivelmente considerados alvos privilegiados do racismo de Estado.

Palavras-chave: Racismo de Estado. Medicina. Degeneração. Biopolítica. Michel Foucault.

1 INTRODUÇÃO

Tendo como ponto de partida o genocídio colonizador, Foucault aborda o racismo de Estado como uma estratégia biopolítica. A fragmentação do biológico, acompanhada da oposição binária entre as raças foram estratégias muito utilizadas pelos povos europeus durante a conquista colonial.

Transladando sua reflexão ao contexto europeu moderno, Foucault tematizará o racismo de Estado. A partir desse período, um discurso biológico social passa a estar cada vez mais presente nas esferas de poder, de modo que a população passa a ser governada tomando em conta suas características biológicas.

Veremos também como o racismo de Estado está relacionado à formação dos Estados modernos. A diretriz racista é reapropriada pelo poder de fazer viver. Contudo, o que poderia representar um contrassenso, figura como justificativa para continuar exercendo o poder de morte sobre parcelas indesejáveis da população.

Considerando o marco da biopolítica, veremos como o racismo de Estado pode ser considerado uma estratégia de exercício do poder sobre o corpo social.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires, Argentina. Professor da Universidade Federal da Integração Latinoamericana, Foz do Iguaçu, PR, Brasil. E-mail: joao.barros@unila.edu.br

Fragmentando-o e estabelecendo uma oposição binária entre as raças, o exercício do poder operará sobre a vida biológica. Será abordado também o modo como áreas do discurso científico foram desenvolvidas em alguns casos para colaborar nessa estratégia.

2 RACISMO E BIOPOLÍTICA EM FOUCAULT

A teoria da soberania parte do sujeito e volta ao sujeito como cidadão. Um ciclo que tem como intermediário a lei, constituidora do Estado e fiadora da autoridade soberana. Em outra perspectiva, a analítica do poder parte dos efeitos de submissão frutos dos operadores de dominação das relações de poder presentes na sociedade. Os dispositivos de dominação devem ser encarados em sua heterogeneidade, conformando técnicas que visam à “fabricação dos sujeitos mais que a gênese do soberano” (FOUCAULT, 1997, p. 39; 2010a, p. 51)².

Para Michel Foucault, o discurso da “guerra de raças” fundamentaria a “conquista e a subjugação de uma raça por outra” desde o séc. XVII (FOUCAULT, 1997, p. 51; 2010a, p. 64). Ademais desse racismo dirigido ao âmbito exterior, há também aquele dirigido ao corpo da própria sociedade à qual pertence o sujeito do racismo. Esse segundo tipo se dá como condição de sobrevivência. Segundo ele, o “discurso biológico social” ainda está infiltrado no corpo social e favorece a criação e manutenção de instituições que retroalimentam o “discurso da luta de raças como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (FOUCAULT, 1997, p. 53; 2010a, p. 65).

Trata-se da justificativa da manutenção da vida de alguns pela deliberada eliminação de outro qualquer. Frases como “se queres viver, o outro deve morrer” convertem-se num slogan político e são, a todo o momento, utilizadas nas chantagens a respeito do direito à riqueza e ao bem-estar social. Dessa maneira, percebemos que a grande chantagem está numa associação entre eliminação do outro como purificação da sociedade³ (CASTELO BRANCO, 2009, p. 32).

“O racismo será desenvolvido, em primeiro lugar, com a colonização, isto é, com o genocídio colonizador” (FOUCAULT, 1997, p. 229; 2010a, p. 232). Nessa

² Todas as citações referenciadas em outra língua correspondem a traduções livres do autor.

³ Para um debate complementar a este, remetemos ao texto Progresso e raça – Iluminismo e Descolonialidade epistêmica. **Kalágotos**. Fortaleza, v. 11, n. 22, p. 319-350, 2014.

perspectiva, o racismo de Estado está relacionado com a biopolítica se considerarmos que

[...] a biopolítica é uma tecnologia de governo que “faz viver” aqueles grupos populacionais que melhor se adaptam ao perfil de produção necessitado pelo Estado capitalista e, ao contrário, “deixa morrer” aos que não servem para fomentar o trabalho produtivo, o desenvolvimento econômico e a modernização (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 157).

A biopolítica está caracterizada pela constante atuação do poder com a finalidade de “gerenciar a vida” biológica da população. Sua legitimidade está justificada à medida que esse poder seja capaz de proporcionar a proteção de sua população frente a “perigos biológicos” internos e externos a ela (FOUCAULT, 1976, p. 181; 2010b, p. 130).

O racismo é formado nesse âmbito (o racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política da população, da família, do matrimônio, da educação, da hierarquização social e da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde e da vida cotidiana receberam então sua cor e sua justificação da preocupação mítica por proteger a pureza de sangue e de fazer triunfar a raça (FOUCAULT, 1976, p. 197; 2010b, p. 142).

O racismo foi um mecanismo fundamental de poder para os Estados modernos. Seguindo o argumento de Foucault, a relação entre poder estatal e racismo passou a ser muito estreita na Modernidade. Na raça, o Estado encontra uma ferramenta poderosa para dinamizar e direcionar o exercício do poder. Sob este viés, o exercício do poder, tendo como alvo a purificação do corpo social, é uma característica marcante. “O racismo está ligado ao funcionamento de um Estado obrigado a se servir da raça, da eliminação das raças e da purificação da raça, para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 1997, p. 230; 2010a, p. 233).

Acompanhando Foucault, Célia Bernardes afirma que podemos identificar duas funções primordiais no racismo de Estado:

[...] o racismo de Estado cumpre duas funções principais: primeiramente, fragmenta o “contínuo biológico”, dividindo-o em raças de acordo com uma determinada hierarquia; em segundo lugar faz atuar a antiga relação guerreira (“se você quiser viver é preciso que o outro morra”) de uma forma inteiramente nova e compatível com o exercício do biopoder (BERNARDES, 2013, p. 71).

Através da fragmentação do “*continuum* biológico” é que será possível falar de raças distintas e hierarquizá-las. Assim, as raças inferiores deverão sofrer com

intervenções minuciosas para alcançar o objetivo maior de preservar a raça superior. “Quanto mais tendam a desaparecer as espécies inferiores [...], mais viverei, mais forte e vigoroso serei e mais poderei proliferar” (FOUCAULT, 1997, p. 228; 2010a, p. 231).

Nesse ponto em específico é possível perceber como a sexualidade toma importância no discurso racista. “Trata-se da teoria da degeneração: a sexualidade [como] ponto de articulação do disciplinário e o regularizador, do corpo e da população” (FOUCAULT, 1997, p. 225; 2010a, p. 228).

Já conhecemos bem a faceta produtiva do poder trabalhada na *História da sexualidade 1*. Nesse texto, o biopoder será aquele especializado em produzir corpos saudáveis e produtivos. Não obstante, ao biopoder também está ligada a função homicida do Estado. A autorização para ferir e matar o corpo de maneira legítima não desaparece. Ela é reapropriada agora utilizando o racismo. “A função homicida do Estado [...] não pode ser assegurada senão pelo racismo” (FOUCAULT, 1997, p. 228; 2010a, p. 231).

Eis aqui delineado este acontecimento de importância fundamental para legitimar a apropriação e modificação, pelo Estado, das lutas das raças, para um racismo estatal que legitima a prática biopolítica por meio de um discurso de verdade em prol da melhoria da espécie e da maximização da vida. É assim que o Estado se outorga a tarefa de eliminar as anomalias e monstruosidades que podem dificultar o bom desenvolvimento, biológico e político, da sociedade (TEMPLE, 2014, p. 75).

Palavras muito similares encontramos também no texto de Foucault. O soberano moderno não está restrito ao poder sobre a vida. A ele também compete o direito de morte. Não obstante, essa ação homicida estará localizada de forma distinta em relação a tempos anteriores. Já não se trata da demonstração exemplar e espetacular do poder. O foco agora é o aprimoramento da população. “Se o genocídio é o sonho dos poderes modernos, não é pelo retorno do velho direito [do soberano] de matar, mas porque o poder está situado e é exercido no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos massivos da população” (FOUCAULT, 1976, p. 180; 2010b, p. 130).

A população, tomada como problema científico e político, pode ser considerada a grande novidade nas esferas modernas do poder. Esse novo sujeito político será o fator primordial para definir estratégias e ações no sentido de fortalecer o poder do Estado. Cabe a este assegurar a saúde daquela, promovendo ações para que ela

cresça em força produtiva e capacidade consumidora. Assim, o principal já não é o poder sobre o indivíduo, mas sobre um coletivo estudado minuciosamente.

Diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo, esta nova técnica de poder não disciplinário é aplicada à vida dos homens e destina-se [...] não ao homem/corpo [...], mas ao homem/espécie. Depois de um primeiro exercício de poder sobre o corpo que é produzido no modo da individualização, temos um segundo exercício que não é individualizador, mas massificador [...] que não se dirige ao homem/corpo, mas ao homem-espécie. Logo da *anatomopolítica* do corpo humano, introduzida durante o século XVIII, vemos aparecer, a fins deste, algo que já não é essa *anatomopolítica*, mas o que eu chamaria uma *biopolítica* da espécie humana (FOUCAULT, 1997, p. 216; 2010a, p. 220).

A fragmentação biológica, considerada como estratégia do racismo de Estado, colabora aos propósitos da biopolítica se compreendermos que a população é alvo direto de suas ações. Tanto a biopolítica, se consideramos um marco mais abrangente, quanto o racismo de Estado, caso preferamos uma estratégia específica daquela, podem ser consideramos formas de gestão da população. Ambas colaboram para o desenvolvimento de uma sociedade industrial capitalista.

Concomitante à fragmentação do *continuum* biológico, ocorre a oposição binária entre as raças. De um lado os puros e aptos ao aprimoramento, de outro os degenerados e perigosos. Destes só se pode esperar que representem um risco ao corpo social, pois sua natureza os condena. “Uma estrutura binária atravessa a sociedade.” Estamos em guerra uns contra os outros. “Não há sujeito neutro. Sempre se é, forçosamente, adversário de alguém” (FOUCAULT, 1997, p. 44; 2010a, p. 56). Essa é a segunda operação do racismo de Estado.

Dessa relação guerreira podemos perceber o papel da medicina como agente modificar da espécie. Ela serviria como agente de proteção de uma raça boa e ameaçada. A utilização da medicina⁴ no final do séc. XVIII ocorre com a finalidade de promover e garantir a higiene pública (FOUCAULT, 1997, p. 217; 2010a, p. 221). Como agente purificador, a medicina interferirá no corpo social buscando a melhoria deste. Contudo, esta melhoria não objetiva um bem dos inferiores e degenerados, mas a proteção daqueles que estão ameaçados.

Temos que defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça” [...] estratégia global dos conservadorismos

⁴ Entendendo a medicina como um campo de saber produtor de verdades, vale recordar estas palavras de Foucault: “Vale dizer que a verdade é uma verdade que não pode se desprender senão a partir de sua posição de combate, a partir da vitória buscada, em certo modo no limite da própria sobrevivência do sujeito que fala. [...] desfaz-se o pertencimento da verdade à paz, à neutralidade [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 57).

sociais. Surge então [...] um racismo de Estado: um racismo que uma sociedade vai exercer sobre si mesma, sobre seus próprios elementos, sobre seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social (FOUCAULT, 1997, p. 53; 2010a, p. 65-66).

Um racismo biológico que perpassa de modo permanente o corpo social passa a utilizar “discursos biológico-racistas sobre a degeneração” fazendo funcionar um conjunto de instituições dentro do corpo social pautadas pelo princípio de “eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade” (FOUCAULT, 1997, p. 53; 2010a, p. 65).

Como peça central do modo de ser da sociedade, o racismo marca as esferas governamentais do Ocidente de maneira indelével. O poder político exercido neste contexto não pode prescindir da guerra de raças para realizar seus fins. Tendo como prerrogativa salvaguardar algumas populações em detrimento de outras, o Estado utiliza-se da ciência para a eliminação daqueles estranhos e indesejados. Com essa perspectiva, é possível considerar como “a razão científica e os saberes técnicos ligam-se a dispositivos de controle social, para juntos levarem a cabo o exercício racional do assassinato em massa” (CASTELO BRANCO, 2004, p. 138).

3 A SOCIEDADE EM PERIGO – APROXIMAÇÕES AO CASO BRASILEIRO

Transpondo esses argumentos para o plano internacional, vemos que a divisão entre civilização e barbárie é um critério muito difundido e bem aceito nos dias atuais.

O quadro descrito por Foucault não é nada otimista e vem nos alertar que o mundo está rachado entre o [que o] europeu tradicionalmente entende como ocidente (civilização) e [o] resto do mundo (barbárie). Visto por quadro, a partir da mais simples dedução, nós do Brasil não fazemos parte do mundo civilizado e o que temos diante de nós é um contexto social complicado e com perspectivas biopolíticas sombrias. Os países pobres ou não-ocidentais [...] são vistos como perigosos para o mundo civilizado, pois o cercam de ameaças que eles conseguiram superar (CASTELO BRANCO, 2004, p. 136).

Se no plano internacional alguns países podem ser vistos como possuidores de uma população que ofereça risco à civilização ocidental, é possível entender algumas estratégias biopolíticas ocorridas em nosso país. De acordo com as distinções feitas pela Medicina mental do séc. XIX, faz-se necessário atentar para as “ameaças quantos aos efeitos da mestiçagem e a consequente justificativa para a incapacidade da grande maioria da população para a aprendizagem escolar e para as

tarefas “nobres” de cunho intelectual” (LOBO, 2015, p. 203). Em uma sociedade com raízes africanas e indígenas, boa parte da população pode ser desqualificada como incapaz de alcançar maiores patamares de desenvolvimento.

A Modernidade, então, estabelece novos marcos para o exercício do poder.

[...] desde a emergência do estado Moderno surgiu uma pseudo-justificativa oficial para a administração controlada da raça e da população: os outros elimináveis não possuiriam as boas qualidades desejáveis a um corpo social normal ou ideal. O outro indesejável, anormal, logo passível de eliminação, seria aquele que possui alguma falha, seria aquele que não possui os atributos plenos do ser humano civilizado normal, este sim merecedor da manutenção da existência, racial eugênica e comportamental, uma vez que possui um modo de vida adequado aos princípios das modernas técnicas de gestão da vida (CASTELO BRANCO, 2004, p. 139).

Seguindo essa linha argumentativa. É possível admitir que em países em desenvolvimento há seguimentos da população que incrementam as taxas de mortalidade seguindo o planejado pelo Estado. Sobre o exercício da Medicina no Brasil, por exemplo, vemos como isso ocorreu.

Muitos eram médicos clínicos sem muitos conhecimentos sobre biologia experimental e preocupados principalmente em identificar os sinais ou de “degenerescência”, ou de “inadequação” em seus pacientes, um exercício médico que refletia profundamente seus preconceitos raciais de gênero e classe (STEPAN, 2005, p. 93).

Claro que não estamos falando simplesmente de indivíduos, mas de uma classe médica, e suas instituições como auxiliares do racismo de Estado, que admitia pressupostos racistas em sua prática médica. A previsibilidade é algo que não pode ser descartado quando se fala na eliminação da pobreza. Os desvalorizados e marginalizados, os perigosos do corpo social, podem ser plausivelmente considerados alvos privilegiados do racismo de Estado.

Foucault afirma que “os regimes nunca tinham praticado tais holocaustos sobre sua própria população” (FOUCAULT, 1976, p. 179; 2010b, p. 129). Tal afirmação poderia transmitir a ideia de que Foucault foi negligente quanto ao massacre de populações não europeias. O que merece destaque é o fato de que o pensamento europeu em geral só despertou para o holocausto com a II Guerra. Porém, é inegável que todo o restante do mundo já havia padecido em suas respectivas regiões o genocídio protagonizado por europeus.

Servindo de laboratório para as estratégias biopolíticas, as colônias já não serão mais os únicos contextos alvos dessa forma de poder. O centro da Europa

capitalista também começa a ver em suas populações focos de risco acentuado à pureza da raça.

Foucault assegura que o poder opera em vários níveis. Nessa perspectiva, é possível afirmar que há uma microfísica, uma “mesofísica” e também uma “macrofísica” do poder. No âmbito da microfísica opera a disciplina, enquanto no âmbito da mesofísica opera a biopolítica. Ambas estão relacionadas com uma macrofísica que seria aquela dos dispositivos supraestatais de segurança (CASTRO-GÓMEZ, 2007). A analítica “heterárquica”⁵ sempre privilegiará o nível menos complexo em sua análise, para daí alcançar níveis de maior complexidade. Isso pode ser exemplificado pela teorização da disciplina feita por Foucault (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 168). Assim, não só a microfísica do poder é determinada pelo macrofísico, no caso da etnização da força de trabalho como resultado da necessidade de mão de obra para a acumulação originário do capital, mas o contrário. É justamente o processo colonizador o laboratório para o racismo de Estado que posteriormente será levado a cabo na Europa nos séculos seguintes.

O que vemos acontecer na Modernidade é a interiorização de algo que já estava sendo praticado pela civilização ocidental mundo afora.

[...] os tempos de biopoder, que também são nossos tempos, caracterizam-se pela ampliação crescente das articulações dos saberes biológicos e biomédicos com os dispositivos jurídico-institucionais, com grandes efeitos [...] seja nas relações entre os Estados, seja no interior de cada Estado (CASTELO BRANCO, 2009, p. 31).

A razão de Estado que surge na Modernidade tem como pano de fundo o “estado de guerra permanente que impera na sociedade”. Esta nova forma de governo transforma o povo em população, pois vem acompanhada pelo “desenvolvimento de novas instituições, como a polícia, os manicômios, hospitais, sanatórios e novas ciências, como a *Polizeiwissenschaft*, a saúde social, a psiquiatria e outros” (MENDIETA, 2007, p. 144). A população passa a ser vista por um viés biológico, o que deixa entrever como a regulação da vida pelo poder do Estado pode ser percebida em distintos âmbitos. Essa regulação é uma marca profunda do poder político burguês, pois passa a adotar uma conduta medicalizante frente aos problemas sociais

⁵ [...] as articulações entre umas redes de poder com outras não são necessárias, são sempre parciais e sua análise parte metodologicamente dos níveis menos complexos aos mais complexos. Por isso afirmo que a analítica de Foucault resulta uma teoria heterárquica do poder (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 166).

da população. Assim, a medicina é exercida como uma arma de guerra de uma raça contra a outra, buscando normalizar o corpo social.

Em sociedades escravocratas como a nossa, o escravo é tido como principal fonte da “corrupção moral” (MACHADO, 1975, p. 198). Ele representa um elemento deformador para a sociedade que se quer civilizada. Diante desse diagnóstico, é preciso uma solução. “Com a finalidade de reclamar a morte [...] o biopoder deve fazer uso do racismo”, como forma de também de promover a “higiene social” (MENDIETA, 2007, p. 147).

O fato de doença e raça serem correlacionadas durante o séc. XIX no Brasil é algo conhecido. O escravo foi tido como um “obstáculo para a constituição de uma família brasileira sadia” (MACHADO, 1975, p. 354). Daí se percebe como a biopolítica e o racismo de Estado que dela faz parte foi parte integrante das estratégias de poder em nosso país. À raça degenerada e perigosa não era dado direito algum. Dela a sociedade brasileira deveria se desprender se quisesse participar de um mundo civilizado.

4 RACISMO E DEGENERAÇÃO SOCIAL - A PSIQUIATRIA E A ANTROPOLOGIA CRIMINAL

O louco, o degenerado sexual, contribui para a precarização da espécie. Ele representa um risco para a espécie com seu comportamento sexual laxo. Assim, ao final do séc. XIX, a Psiquiatria será chamada a desempenhar um grau máximo de poder sobre a sociedade como forma de protegê-la e ordená-la contra o risco oferecido pelo anormal. Ela será alçada ao patamar de “ciência protetora da espécie” (FOUCAULT, 2008, p. 294).

O degenerado é portador de um perigo por alimentar no meio social a possibilidade de uma ingerência infinita sobre os comportamentos. Representa um risco à sociedade justamente por dar forma e subsídio a uma conduta desregrada, alheia à norma, esquiva aos dispositivos do poder. É por razões econômicas e políticas que o meliante sexual será considerado um expoente da teoria da degeneração.

Ao final do curso *Os anormais*, Foucault argumenta que o racismo foi direcionado também contra o considerado anormal. Haveria que proteger a sociedade

contra esses anormais que representavam um risco à própria espécie. Nesse contexto, a Psiquiatria alcança seu máximo grau de poder no final do séc. XIX. Os profissionais dessa ciência serão considerados guardiães do corpo social. Notemos que já não falamos de um corpo individual que deve ser curado de sua enfermidade, retirado de sua condição débil. O degenerado objeto de saber da Psiquiatria representa um perigo ao conjunto de indivíduos. Ou melhor: ele “é portador de um perigo” (FOUCAULT, 2008, p. 295).

A atuação da Psiquiatria terá um de seus principais pontos de ataque no tocante à relação entre instinto e imaginação. O instinto, esse elemento ao mesmo tempo natural e contra a natureza, traz consigo uma vivacidade e uma precocidade que, juntos, tendem ao desvio da norma (FOUCAULT, 2008).

[...] foi a reelaboração do conceito de idiotia nos primeiros cinquenta anos do século XIX que permitiu a introdução paulatina daquelas duas importantes noções (desenvolvimento e instinto) no projeto disciplinar da Psiquiatria e que acabou por escapar do limite do asilo e a invadir a escola, a família e a fábrica (LOBO, 2015, p. 205).

Um dos pressupostos dessa invasão foi a metassomatização advinda de um laxismo causal e indefinido que considerava a anormalidade sexual causa possível de todos os males. Amparada por uma teoria da degeneração social, porta de entrada de uma ingerência indefinida sobre os comportamentos humanos, a Psiquiatria alcançará uma ramificação cada vez maior no corpo social. Desse modo, vemos como “a degeneração é a grande peça teórica da medicalização do anormal” (FOUCAULT, 2008, p. 293).

Em *História da sexualidade 1*, Foucault já alertava para o investimento no corpo por parte dos saberes modernos. O corpo, além de ser um instrumento de controle econômico e sujeição política de uma classe sobre outra, foi foco de cuidados minuciosos dentro da própria burguesia.

[...] a burguesia fez valer o alto preço político de seu corpo, suas sensações, seus prazeres, sua saúde e sua sobrevivência. [Para isso] outorgou-se um corpo ao que havia que cuidar, proteger, cultivar e preservar de todos os perigos e todos os contatos, e isolar dos demais para que conservasse seu valor diferencial (FOUCAULT, 1976, p. 163; 2010b, p. 118-119).

Em referência ao laxismo causal em relação ao sexo, a partir do séc. XVIII a irresponsabilidade sexual passou a ser considerada causa possível de todos os males e não somente das doenças venéreas (FOUCAULT, 2008, p. 227). Justamente por isso se faz necessário rodear a criança de cuidados, a fim de que sua sexualidade

não penda para o anormal. Um dos exemplos dessa cobertura do corpo pelo cuidado médico é o combate à masturbação infantil. Essa prática será considerada a primeira e fundamental falta a ser evitada. Dela seriam decorrentes tanto o esgotamento, como a perda de substância e o corpo inerte. Consequências que colaborariam para a degeneração da raça. “[...] a aparição da masturbação como problema no coração do séc. XVIII [se dá] no momento em que se desenvolve a sociedade capitalista”. Esse corpo deixa de ser, então, corpo de prazer e passa a ser considerado um “corpo produtivo” (FOUCAULT, 2008, p. 220-221).

A constituição da família burguesa, então, passa por uma estratégia de medicalização. Essa família celular, tão predominante nos dias de hoje, sofreu uma intervenção do ponto de vista médico-higiênico em doses tão fortes que seria difícil imaginar sua conformação sem esse dispositivo. “Se a família se centra sobre si mesma, ela se vincula externamente com o saber-poder médico” (RAGO, 2015, p. 245).

Ainda sobre o campo psiquiátrico, Foucault sublinha que a degeneração passa a ser vista na criança como uma predisposição à loucura. A criança anormal é uma criança degenerada. Assim, todo o esforço desse ramo da Medicina é justificável com o objetivo de prevenir o agravamento de alguns casos de anomalia e, por fim, defender a sociedade do risco constante da degeneração (FOUCAULT, 2007, p. 263). Tal importância foi dada a esse ponto porque a anomalia, campo genérico dentro do qual está inserida a loucura, passou a ser relacionada com a disfunção social.

Nesse contexto, outro critério facilitador da disseminação da Psiquiatria foi o desenvolvimento. Esse critério surge no seio da distinção entre a criança louca e a criança idiota. Antes, a idiotia não era mais que um tipo de loucura. Com a captura da infância pelo discurso psiquiátrico na primeira metade do séc. XIX, a idiotia passa a ter um tratamento diferenciado. O idiota é aquele carente de desenvolvimento. Ao contrário de outras anomalias resultantes de um desenvolvimento interrompido, o idiota é aquele que nunca se desenvolveu como deveria, ou como se esperaria dele. Por consequência, trata-se também de um caso permanente, irreversível. Nesse âmbito, uma das estratégias de defesa da sociedade contra a degeneração foi considerar que a criança anormal seria, no futuro, um adulto socialmente disfuncional. Desse modo, deixando de ter foco somente na loucura, as anomalias permitiram à

Psiquiatria sua disseminação no tecido social de modo extraordinariamente ramificado.

Outro caso de ciência desenvolvida nesse tempo, e que serviu à proteção social frente à degeneração, é a Antropologia criminal. Foucault, citando Désité Magloire Bourneville, escreve:

Em 1895 Bourneville⁶ diz: “A antropologia criminal tem demonstrado que uma grande proporção dos criminosos, dos bêbados inveterados e das prostitutas são, na realidade, imbecis de nascimento a quem nunca se procurou melhorar ou disciplinar” (FOUCAULT, 2007, p. 259).

Dessa afirmação podemos perceber novamente a presença do laxismo causal em relação às anomalias. Como forma de servir à sociedade e protegê-la do perigo que essas condutas desviantes representam, mais uma ciência é desenvolvida e recrutada para somar esforços contra esses tipos perigosos e perturbadores da sociedade.

No campo da Antropologia criminal, outra distinção da idiotia é sua relação a vícios orgânicos de constituição. Um indivíduo idiota é, em resumo, um ser imperfeito ou monstruoso. Neste ponto, Foucault cita Esquirol com a seguinte passagem: “Ao abrir o crânio, encontramos quase sempre vícios de conformação” (Esquirol *apud* FOUCAULT, 2007, p. 238).

Nessa linha, podemos perceber que houve uma experiência semelhante em território brasileiro. Como afirma Margareth Rago, a prostituição foi tida como consequência de má formação cerebral.

Vale lembrar que [o] primado do instinto natural se sobrepõe ao da miséria econômica na explicação das causas do fenômeno da prostituição. À medida que se elabora o conceito de higiene social, a teoria da prostituição inata e hereditária ganha cada vez maior número de adeptos [...]. São também inúmeros os estudos que pretendem provar através da antropologia criminal que as prostitutas, assim com[o] os criminosos e anarquistas, possuem uma configuração do cérebro diferente [...] das pessoas normais (RAGO, 2014, p.122).

A disseminação da Psiquiatria e da Antropologia criminal nas esferas de poder e sua crescente importância neste período nos ajudam a compreender como o racismo de Estado foi levado a cabo em nossas sociedades.

⁶ BOURNEVILLE, Désité Magloire. **Assistance, traitement et éducation des enfants idiots et dégénérés. Rapport fat au congrès national d'Assistance publique.** Paris : Progrès Médical, 1984. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.15, n.1, p.01-16 Jan.-Abr. 2018

5 CONCLUSÃO

Vimos que o Estado capitalista atua de forma programada no sentido de deixar morrer alguns grupos populacionais. A seleção desses grupos passa pela adaptabilidade ao processo produtivo característico do período industrial. Contudo, não somente nesse contexto, pois foi possível colher argumentos referentes ao genocídio colonizador, durante o qual o racismo esteve muito presente.

A partir da fragmentação do *continuum* biológico e da oposição binária entre as raças, é possível compreender a atuação do racismo de Estado ao buscar estratégias de governo para a proteção de algumas raças em detrimento de outras. Já não fazemos todos parte de um mesmo grupo. O corpo social é dividido de forma que suas partes passam a ocupar posições opostas, ao ponto de atentarem contra a própria vida umas das outras.

O homem-espécie, então, começa a ser alvo de alguns campos do saber. Privilegiamos algumas passagens de Foucault nas quais o papel da Medicina, da Psiquiatria e da Antropologia criminal atuaram como ferramentas desse processo biologizante e genocida. Para tanto, conceitos como degeneração e anomalia foram muito utilizados.

THE STATE RACISM BY MICHEL FOUCAULT

Abstract:

This text's objective is to discuss State racism in Michel Foucault's work. Considering the biopolitical framework, we will see how state racism can be considered a strategy for exercising power over the social body. Dividing by splitting the social body and establishing a binary opposition among races, the power exercise will operate on biological life. It will also be addressed how scientific discourse has been developed in some cases to collaborate to this strategy. We will see how it happens in developing countries, in which there are segments of the population that increase mortality rates according to what is planned by the state. In them, the devalued and marginalized individuals, the dangerous ones of the social body, can be plausibly considered privileged targets of State racism.

Keywords: State Racism. Medicine. Degeneration. Biopolitics. Michel Foucault.

EL RACISMO DE ESTADO EN MICHEL FOUCAULT

Resumen:

El objetivo en este texto es disertar sobre el racismo de Estado en Michel Foucault. Considerando el marco de la biopolítica, veremos cómo el racismo de Estado puede ser considerado una estrategia de ejercicio del poder sobre el cuerpo social. Fragmentando el cuerpo social y estableciendo una oposición binaria entre las razas, el ejercicio del poder operará sobre la vida biológica. Será planteado también el modo cómo el discurso científico fue desarrollado en algunos casos para colaborar con dicha estrategia. Veremos cómo eso se da en países en desarrollo, en los cuales hay sectores de la población que incrementan las tasas de mortalidad siguiendo lo planeado por el Estado. En ellos, los desvalorizados y marginados, los peligrosos del cuerpo social, pueden de modo aceptable ser considerados blancos privilegiados del racismo de Estado.

Palabras clave: Racismo de Estado. Medicina. Degeneración. Biopolítica. Michel Foucault.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Célia Regina Ody. **Racismo de Estado: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault**. Curitiba: Juruá, 2013.

CANDIOTTO, César. Biopoder e racismo político: uma análise a partir de Michel Foucault. **Interthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 20-38, jul-dez 2012.

CASTELO BRANCO, Guilherme. O racismo no presente histórico. A análise de Michel Foucault. **Kalágatos**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 129-144, jan-jun 2004.

_____. Racismo, individualismo, biopoder. **Aurora**, Curitiba-PR, v. 21, n. 28, p. 29-38, jan-jun 2009.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tábula Rasa**. Bogotá, n. 6, p. 153-172, ene-jun 2007.

FOUCAULT, Michel. **Defender la sociedad**. Trad. de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010a.

_____. **El poder psiquiátrico**. Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

_____. **Histoire de la sexualité I**. La volonté de savoir. Paris : Gallimard, 1976.

_____. **Historia de la sexualidad 1**. La voluntad de saber. Tradução de Ulises Guiñazú. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010b.

_____. **“Il faut défendre la société”**. Cours au Collège de France 1976. Paris : Gallimard, 1997.

_____. **Los anormales**. Trad. De Horacio Pons. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2008.

LOBO, Lília Ferreira. O nascimento da criança anormal e a expansão da Psiquiatria no Brasil; In RESENDE, Haroldo de (Org). **Michel Foucault – o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 199-216.

R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.15, n.1, p.01-16 Jan.-Abr. 2018

MACHADO, Roberto *et alli*. **A danação da norma** – medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MENDIETA, Eduardo. “Hacer vivir y dejar morir”: Foucault y la genealogía del racismo. **Tábula Rasa**, Bogotá-CO, n. 6, p. 138-152, ene-jun 2007.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
_____. Foucault, o onanismo e a criança. In **Michel Foucault – o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p. 241-258.

STEPAN, Nancy Leys. **“A hora da eugenia”:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TEMPLE, Giovana Carmo. Foucault e o racismo biológico estatal. **Paralaje**. Valparaíso, n. 11, p. 69-81, 2014.

Artigo:

Recebido em 05 de Junho de 2017.

Aceito em 30 de Novembro de 2017.